



PCMG desarticula organização criminosa especializada em fraudes milionárias

Com o objetivo de desarticular uma organização criminosa especializada em fraudes na transferência e no financiamento de veículos, com prejuízos milionários a uma montadora, a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) deflagrou, nesta semana, a operação Alienactio Ficta. A ação resultou no cumprimento de mandados de prisão preventiva e de busca e apreensão nos estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo.

As investigações tiveram início em outubro do ano passado, após a empresa vítima identificar transferências fraudulentas de veículos que nunca haviam sido comercializados e permaneciam em seus pátios. A apuração ficou a cargo da Divisão Especializada em Prevenção e Investigação a Furto e Roubo de Veículos Automotores (Depifvra) da PCMG.

Entre quarta (4/2) e esta sexta-feira (6/2), foram cumpridos quatro mandados de prisão preventiva — dois em Santa Catarina, um no Rio de Janeiro e um em São Paulo — além de 14 mandados de busca e apreensão. Quatro veículos de luxo foram apreendidos, incluindo um jipe blindado e uma caminhonete. Também houve bloqueio judicial de valores em contas bancárias, além da apreensão de documentos veiculares, aparelhos celulares e equipamentos de informática.

De acordo com o delegado Felipe Fonseca Peres, responsável pelas investigações, o esquema envolvia adulterações sistemáticas em registros de veículos. “Foram identificadas dezenas de automóveis com dados fraudulentos inseridos nos sistemas oficiais, permitindo financiamentos e posterior lavagem de capitais”, afirmou.

Ao menos 33 veículos de três marcas diferentes tiveram registros adulterados no Rio de Janeiro e já estão sendo repatriados à titularidade da empresa vítima, por determinação judicial, com retorno para Minas Gerais.

Fraudes

As apurações apontam que o grupo utilizava credenciais indevidamente para emissão de Autorização para Transferência de Propriedade do Veículo Eletrônica (ATPV-e), inserção de dados falsos, clonagem de placas e chassis, uso de laranjas e obtenção de financiamentos fraudulentos. O dinheiro era posteriormente pulverizado e ocultado por meio de operações financeiras complexas.

A organização criminosa operava de forma estruturada por núcleos estaduais. O núcleo do Rio de Janeiro concentrava a liderança operacional e logística, com movimentação ilícita superior a R\$ 70 milhões. Já o núcleo de São Paulo atuava como braço financeiro do esquema, responsável por redistribuir e ocultar valores, incluindo transferências superiores a R\$ 1,2 milhão entre investigados.

Os quatro presos — dois homens e duas mulheres, com idades entre 22 e 34 anos — confirmaram participação no esquema criminoso e detalharam a dinâmica das fraudes durante os depoimentos. Eles foram encaminhados a unidades prisionais nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina.

As investigações prosseguem para identificar outros eventuais envolvidos e aprofundar a apuração dos crimes de lavagem de dinheiro e organização criminosa.